

No meio do conflito e muito distante do centro: a província de Goiás, a política de recrutamento e os homens da imprensa, o Brasil do litoral vai ao sertão no contexto da Guerra do Paraguai.

JOSÉ ATANÁSIO DE SOUZA FILHO.¹

Resumo. A proposta deste trabalho visa o exercício de reflexão historiográfica e interpretação de fontes de informação sobre o passado, relacionado ao movimento de recrutamento e ‘criação’ das forças expedicionárias brasileiras no início da Guerra do Paraguai, em 1865. No conjunto geral dos acontecimentos nacionais, tomamos como referência a relação *Côrte* e Província de *Goyaz* seguindo a trilha das informações provenientes das ordens de governo que são construídas, como peça legal - os decretos que atualizam leis - na *Côrte* do Rio de Janeiro e percorrendo os caminhos dos sertões chegam à capital de *Goyaz* e de lá são gerenciadas em direção a todas as *paróchias* goianas. No transcurso da análise, o debate se operacionaliza considerando os discursos de um segmento social pautado no litoral, a imprensa, “os homens de imprensa” que, diante do acontecimento guerra naquele momento, buscam orientar seus leitores a interpretação do país moldado com o olhar da distância e do desconhecimento do Brasil-sertão. Em meio a esse olhar, o sistema político brasileiro, ao auspício do Poder Moderador, implicava deveras dificuldades em sua forma de representação nas províncias. Tal circunstância era alvo da crítica dos textos de imprensa. Do mesmo modo, a organização militar e a execução das atividades de recrutamento em *Goyaz*, demonstra a fragilidade das intenções do governo em dar uma resposta imediata aos invasores da província de *Matto-Grosso*.

Palavra – Chaves: História – Guerra do Paraguai – Província de Goyaz – Imprensa.

Introdução

Foi o decreto nº 3371² de 07 de janeiro de 1865 o ponto de partida para o início do novo ordenamento militar³, depois que a República do Paraguai invadiu o território brasileiro,

¹ *Estudante do Curso de História da UFG, Pós-graduação, nível doutorado. Bolsista CAPES.

² “Decreto nº 3.371, de 7 de Janeiro de 1865 Crêa Corpos para o serviço de guerra em circunstancias extraordinarias com a denominação de - Voluntarios da Patria -, estabelece as condições e fixa as vantagens que lhes ficam competindo”. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html> > Acesso em 18-04-2016.

³ Interpretamos como novo ordenamento fundamentado na relação que este decreto tem com a Lei Nº 602 de 19 de novembro de 1850 que trata justamente do que lá está designado no seu objetivo precípua: “Dá nova organização à Guarda nacional do Império”; entretanto, no decreto 3371 em sua redação esse termo nova ordenação não existe, muito menos reordenamento. Faz-se necessária observação o verbo “criar”, dando a ideia do que se mostrava como grande desafio das decisões políticas para a questão da segurança nacional que não foram adequadas e no momento de 1865 mostravam a deficiência nos termos da segurança de Estado ao longo dos 15 anos que separam a Lei 602 e o decreto 3371.

atacando o forte Coimbra (MT) em 27 de dezembro de 1864, e iniciando uma ofensiva militar contra a soberania nacional. A partir desse decreto, pôde Dom Pedro II estabelecer junto às administrações provinciais as condições legais e as motivações necessárias de seus súditos para o compromisso de ajudar o país a combater o exército paraguaio que havia, dez dias antes, invadido a província do Mato Grosso⁴. Portanto, a partir desse ato de governo, brasileiros e brasileiras de todo o país foram envolvidos no bojo dos acontecimentos relacionados à resistência do Brasil ao ataque paraguaio e, subsequentemente, imbricados em toda a história que envolve o assunto Guerra do Paraguai em sua extensão temporal 1865-1870, e nos significados desses atos de guerra demarcados na memória, na historiografia e nos esquecimentos (a história não sabida, não contada), que vêm se sucedendo ao longo desses últimos 150 anos.

A guerra surge no horizonte da população brasileira e sobre ela se impõe como espectro estranho a lhe cobrar tributo pátrio: o Império Brasileiro havia sido desonrado e seu território ultrajado. Na historiografia em geral se encontra a informação de que o imperador estruturava o caminho para união nacional contra a república invasora, tornando-se o primeiro voluntário da pátria. Em torno desse símbolo, brasileiros súditos gerais seriam todos voluntários nesse movimento pátrio.

Em Goiás não foi diferente. Ainda no mês de janeiro, no dia 21, foi editado o decreto nº 3.383. Ali ficou estabelecido para a província goiana uma cota de 490 voluntários, segundo consta na peça o objetivo de se alcançar o total estimado de 14.796 voluntários combatentes. A partir de então, tomava impulso o reordenamento militar que, naquele contexto, traz a motivação mais importante para o alistamento, quando se encontra no parágrafo introdutório a decisão administrativa de designar, em detalhes, o cálculo que determina cota particular de combatentes para todas as províncias do Império, mais a Corte do Rio de Janeiro, respectivamente. O que diferenciava esse novo ordenamento militar nacional? O ataque

⁴ A maior concentração das forças brasileiras estavam localizadas no Rio Grande do Sul, tendo em vista a participação direta do Brasil na composição do novo governo da república do Uruguai com a ascensão ao poder de Venâncio Flores, aliado dos interesses dos fazendeiros gaúchos e dos interesses políticos do Império Brasileiro na região do Prata. Todavia, aqui nosso enfoque se dá pelo percurso da guerra que se contextualiza pelos acontecimentos diretamente relacionados ao ataque do Paraguai ao Sul do Mato Grosso, justaposto, nosso objetivo analítico se circunscreve de um ponto de vista geográfico que faz interagir a realidade histórica de Goiás e sua relação direta no universo dos acontecimentos da guerra no âmbito da província de Mato Grosso.

paraguaio ao Império e o avanço das tropas de Solano López território adentro ao sul da Província do Mato Grosso. O decreto inicia justamente contextualizando essa realidade extraordinária que a convocação evocava a todos os súditos do Império: “Manda destacar 14.796 guardas nacionaes dos differentes corpos, não só para defesa das praças, fronteiras e costas do Império, como para o serviço de guerra no Estado do Paraguay”⁵.

Configurada essa realidade de guerra e a tensão que se espraiava por todo o país. Tensão esta surgida com a propagação das notícias dos acontecimentos relacionados ao ataque paraguaio. Assim, logo foi posta em prática a campanha de alistamento militar em todo o território nacional. Esse movimento atinge a todos em todos os lugares; enraíza-se em obrigações instituídas pelo poder administrativo de cada província, demarcando os tentáculos da *Côrte* do Rio de Janeiro em seu desespero evidente e urgente, perante a opinião pública, em dar uma resposta imediata à declaração de guerra da República do Paraguai.

A história da formação das forças expedicionárias brasileiras que foram “creadas” a partir do decreto 3.371 tem um lastro extenso de acontecimentos e memoráveis sínteses escritas na historiografia brasileira. Considerando tal aspecto, nosso caminho a seguir circunscreverá as nossas vistas aos indícios que se encontram no bojo das informações de fontes documentais e estudos científicos, que nos informam e nos explicam sobre o acontecimentos que a Guerra do Paraguai manifestou na sociedade goiana a partir da primeira metade daquele ano de 1865.

Apesar da distância do centro, Goiás é a província do meio: entre a Corte e o teatro de guerra no sul do Mato Grosso.

O ataque das forças paraguaias ao forte Coimbra foi o palco do primeiro tiroteio que o exército daquele país impôs às defesas brasileiras na região de fronteira entre as duas nações. O historiador Francisco Doratioto esclarece em detalhe sobre a estrutura de defesa brasileira naquele ponto sul da província do Mato Grosso. Sobre o forte Coimbra, naquele momento,

⁵ Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3383-21-janeiro-1865-554522-publicacaooriginal-73146-pe.html> > Acesso em 04 de Julho de 2016, às 06h05min.

descreve ser um ponto militar que abriga um total de 150 pessoas, considerando um contingente de 115 militares e um pouco mais de três dezenas de civis: homens, mulheres e índios. Do outro lado, as tropas inimigas que chegavam em navios trazia um total de 750 combatentes.

Tanto na literatura brasileira, quanto na literatura paraguaia, por exemplo, os acontecimentos ocorridos naqueles dias de 27 a 29 dezembro de 1864, marcam profundamente a história de uma tragédia que se iniciava naquele combate e perduraria por mais de cinco anos até a morte de Solano López em março de 1870. Sobre o forte Coimbra, este foi seguro e assaz resistente ao ataque pesado da artilharia paraguaia; não fossem outros limites relacionados à estrutura humana de defesa, o resultado daquela história teria sido outra. Doratioto sobre isso nos explica, quando trata do arrojado fogo das canhoneiras paraguaias e da resistência ao intenso tiroteio realizada por aqueles homens e mulheres que estavam aquartelados no forte, quando da iminência do ataque: “Coimbra sofreu forte bombardeio e a infantaria paraguaia, com 750 homens, avançou pelo único caminho possível, um desfiladeiro, sob o fogo dos canhões e fuzis brasileiros perdeu duzentos soldados e teve de recuar” (DORATIOTO, 2002: p. 100). Na mesma linha de raciocínio, descreve o historiador militar paraguaio Renato Javier Ângulo Aponte, em artigo que trata dos primeiros usos do canhão de 8 polegadas⁶, usados naquele ataque pelas forças militares paraguaias. Segundo ele, os militares paraguaios havia-os testados “contra la estructura de piedra, del foerte de Coimbra” ((APONTE, 2015: p. 262). Em sua conclusão, foi desta maneira, com o primeiro teste de fogo das canhoneiras de 8 polegadas, que se havia terminado o combate em 29 de dezembro de 1864 com a vitória das forças republicanas e a capitulação do forte Coimbra. Esse ataque permitiu às forças paraguaias testar em combate os canhões 8 polegadas⁷ importados por Solano López da Inglaterra.

A partir da conquista desse quartel militar pôde as tropas da república vizinha avançar atacando outras localidades e povoações brasileiras ao sul do Mato Grosso. Depois de dominado o forte Coimbra em 29 de dezembro, logo as forças paraguaias lideradas por Vicente Barrios,

⁶ French canon Paixhans. Desenvolvido pelo general francês Henry-Joseph Paixhans (1783-1854).

⁷ Diz ainda Renato Aponte, que desde que havia tomado posse do governo, Solano López vinha objetivando modernizar seu parque de artilharia do exército, considerado como uma tecnologia da época das guerras napoleônicas. Diz o historiador paraguaio: “El entonces General Francisco Solano López, fue el promotor de adquirir material de artilharia. La primera gran adquisición fue en Inglaterra de 16 cañones, entre ellos diez de 8 pulgadas” (APONTE, 2015: p. 257)

nos primeiros dias de janeiro do novo ano, 2 e 3, cercam de assalto a vila de Corumbá. Esse movimento militar das tropas estrangeiras foi facilitado pela ausência de resistência da força militar brasileira destacada naquela vila, sob o comando do coronel Carlos Augusto de Oliveira. Francisco Doratioto narrando aquele acontecimento dá ao capítulo que circunscreve esta análise o título: “O Paraguai ataca: o fracasso da guerra relâmpago”. Quando lemos isso, logo podemos pensar o sentido da resistência efetuada pelas forças nacionais do império em repelir ou mesmo retardar as intenções imediatas do exército de Solano López. Entretanto, o que a leitura pautada pela historiografia do autor nos levar a entender, é justamente o contrário; lá se encontra a narrativa de que não houve a resistência necessária pela qual foram pensadas e elaboradas todas as leis que justificaram a existência de uma força militar exclusivamente destinadas a salvaguardar a soberania do território nacional nas regiões de fronteira, como lemos no Decreto nº 2029 de 18 de novembro de 1857. Diz o historiador, detalhando-nos aspectos daquele acontecimento nefasto para a população da vila de Corumbá e a comoção da população, perante a notícia da fuga do comando militar local; quando ficou comprovada a recusa do coronel comandante do exército brasileiro em resistir ao ataque paraguaio.

Para sua defesa, a vila dispunha de quatrocentos soldados, 23 canhões, armamento portátil e munição, o suficiente para enfrentar os atacantes e infligir-lhes maiores perdas do que sofreram no ataque a Coimbra. Apesar da vulnerabilidade de Corumbá, era possível sustentar sua defesa, contendo o inimigo rio abaixo e mantendo aberta sua comunicação fluvial com Cuiabá. Contudo o coronel Carlos Augusto de Oliveira nem quis avistar o inimigo antes de ordenar a evacuação da vila, apesar de o comandante da flotilha da marinha opor-se à fuga. (DORATIOTO, 2002: p. 103).

O ataque das forças paraguaias ao Mato Grosso foi a tática usada como forma de avançar por um lado menos guarnecidos das fronteiras do Brasil. Isso não significa dizer que pontos de navegação no rio Paraguai, na época, não fossem guarnecidos pelas forças nacionais. Entretanto, como sabido na historiografia, por todo o ano de 1864 as forças militares brasileiras haviam maciçamente se instalado na região sul do país, por causa do conflito político no Uruguai. A tomada da cidade uruguaia de Paysandú, consolidada em 02 de janeiro de 1865 contou com a presença da esquadra naval brasileira e com um efetivo de milhares de combatentes do exército imperial.

Tudo isso é fato consolidado e sobre isso já se sabia nos meios de comunicação da época. Até muito antes da Tomada de Paysandu, em dois de janeiro de 1865, os alertas de guerras com o Paraguai já se espalharam pelo território adentro do Império. Desde os acontecimentos anteriores relacionados à prisão do navio *Marquez de Olinda*, entre 12-13 de novembro de 1864, no meio social da informação produzida pela imprensa da época, já se especulava sobre a iminência de um ataque direto daquele país ao Império. Sobre esse acontecimento e o movimento de organização militar no Paraguai, discursos eram escritos na imprensa brasileira. Estes atualizavam os fatos ocorridos na região do Rio da Prata, enquanto, ao mesmo tempo, norteavam formas de pensar e refletir sobre os fatos cotidianos daqueles tempos. Principalmente, depois do rompimento diplomático entre a República Paraguai e o Império Sul Americano. Ainda em 13 dezembro, no Jornal da família Villeneuve, no Rio de Janeiro, encontram-se escritas extensas análises das causas beligerantes em ocorrência no sul do país, relacionados aos interesses imediatos dos estancieiros do Rio Grande do Sul, como também tratam de descrever sobre a “irremediável guerra” entre o Brasil e o Paraguai.

Violando tratados solenes apoderou-se do vapor Marquez de Olinda, da linha do Alto Paraguay, isto é, de um navio desarmado, navio de commercio, que confiado na paz que existia entre os dois paizes, transitava por suas águas! O Marquez de Olinda transportava para a província do Matto Grosso, o coronel Frederico Carneiro de Campos, e vários officiaes do exército e marinha, além de passageiros, particulares os quaes todos foram declarados prisioneiros e o navio e as cargas considerados boas prezas⁸.

No parágrafo acima dissemos o quanto a imprensa buscou ser um canal emissor das informações sobre os acontecimentos beligerantes, isso é fato. Essa realidade passa a se intensificar como forma de agregação de “ideias” da guerra vindas à público, muitas vezes com discursos que se arvoravam à análises sobre como deveria o império brasileiro reagir ao ataque da república inimiga, noutros textos, direcionam seus “canhões” verbais contra os “delírios” de Solano López, em ser um *Napoleão Bonaparte*.

Dois artigos do *Jornal do Commercio* (RJ) publicados na edição de 28 de janeiro de 1865, os quais tomamos como uma das fontes de informação daqueles momentos conjunturais

⁸ Jornal do Commercio. Edição 00352. Página 1, coluna 3 e 4. Rio de Janeiro, Brasil, 20 de dezembro de 1864. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05 > Acesso em 12/07/2016, às 11h.10min.

de início da resistência brasileira, nos dão essa referência interpretativa. Nossa opção de leitura dessas fontes, segue a linha de interesse dos estudos de Edgley Pereira de Paula sobre a rede de imprensa que vinha se desenvolvendo naquele período e que toma grande impulso com o desenrolar da guerra; diz ele:

No Brasil, passado o ardor patriótico dos primeiros meses do conflito, houve tantos periódicos que apoiaram o governo como os que o atacavam, ligados a grupos de oposição, dependendo de qual partido estaria conduzindo os rumos da guerra e a rede de clientelismo e favorecimento que o jogo político ditava em lealdades fugazes que envolviam, além dos políticos (da Corte e das províncias), editores, redatores, chefes militares e correspondentes de guerra. (PAULA, 2015, p. 435).

Do mesmo modo, a partir desse enfoque, desejamos introduzir uma leitura histórica, uma análise de formas de envolvimento da sociedade goiana no teatro de guerra, junto a sua província vizinha, o Mato Grosso; e entre um dos canais de informação desses acontecimentos passados estão as fontes provenientes da rede de comunicação que se consolidou no país e na região do Prata, via a imprensa de guerra.

A Guerra é noticiada, a imprensa é seu canal.

Nesse prumo, é que consideramos aqui a contribuição de Edgley Pereira de Paula. Este faz consistente análise histórica da importância da imprensa brasileira e seus diversos mecanismos de atuação social pelas vias da produção tipográfica, das redações, dos procedimentos de inclusão da fotografia de guerra nas pautas jornalísticas, entre outras informações relacionadas aos trabalhos da comunicação; como também, de toda uma rede de profissionais da comunicação. Estes promoveram, em meio à dinâmica trágica da guerra, uma importante contribuição estendendo os fatos e ocorridos nos campos de batalhas a toda uma população de leitores Império afora, elevando-os de sua singularidade anônima ao nível de acontecimentos memoráveis e suportes de interpretações e compreensões outras, as quais foram pautas de matérias de jornais, inspirações de poemas e romances, charges e narrativas

memorialísticas. Sobre o impulso da logística jornalística com o desabrochar da guerra, as seguintes palavras:

A logística empregada para a produção do conflito no Paraguai contribuiu para essa mudança: a distância dos acontecimentos, a massa de homens envolvida, os recursos despendidos pelo império, a popularização da fotografia e principalmente os aspectos trágicos de uma guerra, até então nova em suas gigantescas proporções, fez com que surgisse uma importante rede de comunicações que ligava proprietários de jornais, fotógrafos e os correspondentes de guerra, que algumas das vezes eram os próprios militares, oficiais que eram contratados pelos periódicos para ‘cobrirem’ esse conflito. (PAULA, 2015: .437)

A referida “mudança” de que trata a colocação do historiador supracitado sobre as transformações no meio cultural da comunicação no Brasil pode ter uma extensão analítica muito grande se considerarmos a amplitude do que significou, por exemplo, a introdução da imagem fotográfica na imprensa da época. Dessa tecnologia ter permitido tornar mais complexo o imaginário sobre o tamanho do Brasil em suas formas culturais e costumes diferentes do polo litorâneo e mais restritivamente, a todo um imaginário de país que tinha no centro sul sua expressão mais simbólica de poder e representação. O polo litorâneo, onde se unem e desunem formas de se pensar o país entre o centro irradiador do poder e a representação por vezes opaca desse poder nos longínquos rincões da província de Goiás, por exemplo. “Aqui, neste lugar chamado cerrado existe o sertão, onde o sem-fim espia o próprio aço e afia o corte que não sabe onde termina” (BRANDÃO, 2005: p. 25). Se o poeta cantou as terras de Goiás assim, podemos também trazer aqui a reflexão historiográfica confirmando essa realidade, acrescentando que naquele período, não era Goiás só uma terra dos sertões do Brasil, mas um terra desconhecida, que se conhecia mais pelas suposições que do que pela dinâmica de sua integração ao polo nação, pensado no centro do poder, a Corte do Rio de Janeiro e codificada no imaginário social das populações litorâneas do país.

Goiás, a província mais central do território nacional, viveu durante o Império essa situação ambígua. De uma lado, pertencia ao Império, atendia ao governo do Imperador, estava sujeita às leis e ordens emanadas da Corte; do outro, estava à margem da vida que a nação poderia oferecer. (GARCIA, 2010: p. 12)

No bojo desse espaço sertanejo, buscamos aqui delimitar, no contexto da Guerra do Paraguai, o território da província de Goiás e a província do Mato Grosso. Isso porque, não

basta o termo "interior" (por exemplo, províncias do interior do país) como suficiente pra dar uma forma representacional a esses espaços na mentalidade de parte da população brasileira do litoral e, por exemplo, dos redatores dos jornais (imprensa), isto é, daqueles que elaboravam discursos sobre os acontecimentos da guerra e atuavam nos centros de poder do império, por exemplo, os leitores dos artigos (o que se pensava e se escrevia sobre os acontecimentos da guerra), publicados na imprensa brasileira naquele período.

Na edição do *Jornal do Commercio*, de 28 de janeiro de 1865, é transcrita uma notícia que fora dias antes publicada no jornal *Correio Paulistano* (SP). Tais informações tratam da organização das forças expedicionária da província de São Paulo e, no contexto da notícia, surgem as primeiras evidências dos desafios que enfrentariam os soldados paulistas que marchariam em direção ao teatro de guerra na Província de Mato Grosso. De acordo com o artigo, depois de consolidada a vitória dos aliados na guerra civil do Uruguai, e concluída a participação das forças brasileiras na consolidação do novo governo de Venâncio Flores na *República Oriental*, fazia-se necessário a ação enérgica do governo imperial em convergir toda a força militar nacional, direcionando-a à província mato-grossense. "Sim, todas as vistas presentemente são lançadas sobre o Paraguay; o Brasil deve invadi-lo por todos os lados..."⁹ e algumas linhas depois de justificar a possível superioridade do Brasil em poder conter a "audácia de López", do mesmo modo, como pôde ajudar a combater as forças adversárias dos interesses brasileiros no Uruguai, todos os olhos do Império estão voltados para a tragédia do sul do Mato Grosso. O texto é bem enfático na assertiva da orientação sobre a ação do governo imperial, o qual deve evitar as tendências *facciosas* da política e unir a nação contra a república de Solano López. Continuando esse viés, segue o texto concluindo que "a invasão do Mato Grosso e a ocupação do forte Coimbra exigem prompta reparação de tão grave injúria"¹⁰

O ataque paraguaio à província do Mato Grosso não encontrou resistência das forças brasileiras e esse acontecimento foi propagado por todos os centros regionais do país e provocou "indignação no Brasil", diz Francisco Doratioto (2002). Nesse sentido, os agentes jornalísticos

⁹ *Jornal do Commercio*. Edição 028. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1865, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05>aCESSO em 12/07/2016, às 10h.22min.

¹⁰. Idem, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05> Acesso em 12/07/2016, às 10h.24min.

compõem as principais falas sobre o evento guerra, não só pela acusação obstinada contra a agressão da república inimiga; não só pela demonstração crítica dos limites político e administrativo do governo - quando alertam para que o mesmo se esquivasse dos “vícios do sistema político imperial” de conduzir, por exemplo, o processo de recrutamento sem os riscos da “parcialidade política” das autoridades civis e militares, estas responsáveis por esta ação em todas as municipalidades do império. São também, das falas desses agentes, como diz Edgley Pereira de Paula (2015), “os homens de imprensa” de onde surgem ideias de um Brasil, visto e produzido no litoral, todavia que não conhecia naqueles primeiros meses de 1865 o Brasil dos sertões, ou como trata o estudo de Nísia Trindade Lima (1999): *Um sertão chamado Brasil*¹¹.

O primeiro indício do desconhecimento da realidade territorial e das populações que habitavam as províncias de Goiás e Mato Grosso pode ser comprovado num dos artigos que foi editado no *Jornal do Commercio*, na página 2 da edição já citada, dia 28 de janeiro de 1865 com o título “Paraguay”. O texto reclama da visão restritiva de um determinado decreto do governo que direciona toda sua atenção de mobilização da Guarda nacional para as províncias de Minas e São Paulo, tratando tal decreto de incompleto. Segundo o texto: é incompleto porque o governo esqueceu de mencionar a “província de Goyaz”.

Goyaz, que é a vizinha mais chegada de Matto Grosso e que pode prestar já 3 ou 4,000 soldados, é uma província longínqua da Côrte, e onde as ordens chegarão tarde. Além disso, é uma província de cerca de 26,000 leguas quadradas geográficas, e que levará tempo à presidência a formar corpo. Goyaz tem um número imenso de habitantes que se dedica a vida de caçadores, homens acostumados a romperem sertões e passarem vida agreste; ninguém melhor do que eles para a guerra actual¹².

É bem verdade que naquela época grande parte da população goiana se dedicava à caça e encontrava nesta forma de convivência com o seu habitat um meio de sobrevivência alimentar. Sobreviver nos sertões, desbravar matos grossos e nesse ambiente estabelecer residência foi a

¹¹ Nísia T. Lima quando analisa em sua tese o imaginário pensado e escrito sobre interior do Brasil no século XIX, diz que a Guerra do Paraguai modificou abruptamente essa construção cultural: “a substituição do indígena pelo sertanejo enquanto símbolo da brasilidade, também pode ser creditada, ao menos em parte, a experiência de incursão pelo interior do Brasil. Uma hipótese plausível e instigante é a que atribui ao impacto da Guerra do Paraguai, especialmente pelo contato com as populações das áreas de fronteira com aquele país” (LIMA, 1999, p.64)

¹² *Jornal do Commercio*. Edição 028. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1865, p. 02. Disponível em: <

consolidação de um jeito de ser parte do império, culturalmente à distância da cosmovisão de nação eivada no arcabouço cultural das sociedades litorâneas brasileiras. Esses olhares não eram por si só desconhecidos um do outro, mas eram bem distantes em seus jeitos de ver o mundo passar.

A fonte supracitada traz um conhecimento sobre Goyaz. Em verdade, o texto de três pequenos parágrafos tem, ao final, como assinatura o adjetivo *Goyano*. Bem poderia ser uma pessoa que nasceu em Goiás e morava no Rio de Janeiro. Pouco provável seria que esse texto tivesse sido escrito em Goiás e encaminhado pra redação do *Jornal do Commercio*, considerando que, como disse a mesma fonte, *Goyaz é uma província longínqua da Corte, onde as ordens chegarão tarde*, portanto, dentro da conjuntura de tempo entre o fato noticiado e a data da notícia, quem escreveu o texto estava no Rio de Janeiro, tinha um olhar “complacente” e até “indignado” com o decreto do governo em não observar as possibilidades humanas que podia a província de Goiás contribuir para ajudar o império a dar uma resposta eficaz à agressão de Solano López.

Do mesmo modo, esse olhar “indignado” e “complacente” não se inscreve na realidade do conhecimento mínimo necessário, ao produzir uma informação que justificasse substancialmente a ideia de que a província de Goiás poderia, com certa destreza administrativa do império e um planejamento adequado do poder administrativo provincial, suprir a força militar nacional com um efetivo de “3 a 4,000 soldados”. A história mostrou que isso nunca aconteceu. A Província de Goiás tem uma história junto aos acontecimentos da Guerra do Paraguai, entretanto, sua participação no plano de inscritos no voluntariado da guerra é bem mais modesta, e os relatos do passado mostram que, um pouco mais do que modesta, foi uma cota de sacrifício que não só se motivou a um efetivo bem menor, como predizia a orientação do governo Imperial, a determinada cota de 490 soldados planejada para a primeira expedição; como também, da mesma forma, a expectativa do governo provincial goiano não conseguiu o número desejado de voluntários quando fez a matemática da divisão dos 490 da cota imperial ser subtraída pelo número de *paróquias goianas*, lugares onde se faria a primeira circunscrição do elemento humano voluntário de guerra.

Duas informações podem demonstrar isso. Segundo a fonte do *Jornal do Commercio*, querendo o governo imperial, logo estaria a província goiana disposta a suprir suas demandas de guerra. Contextualizando, esse artigo foi publicado em 28 de janeiro fazendo uma crítica aos mesmos atos de governo daquele mês inicial de rompimento diplomático com o Paraguai. Consideremos, pois, essa realidade e acrescentemos a informação de que, aproximadamente 40 dias antes da publicação desta notícia, foi publicado no jornal *Correio Paulistano*, no dia 20 de dezembro de 1864, a notícia referente a troca do gabinete presidencial da Província de Goiás, substituindo o então vice presidente João Bonifácio de Siqueira, e nomeando o novo presidente daquela província o bacharel Augusto Ferreira França. Informamos que esse mesmo novo presidente de Goiás só tomará posse do cargo no dia 27 de abril de 1865, logo, aproximadamente, 4 meses e 13 dias depois de sua nomeação ter sido publicada por carta imperial no dia 14 de dezembro do ano anterior, como se encontra publicado no jornal de São Paulo: “Por casta imperial de 14, foi nomeado presidente da Provincia de Goyaz, o bacharel Augusto Ferreira França”¹³. Essa realidade vai dificultar assaz a mobilização do recrutamento em Goiás, como veremos via outras fontes logo abaixo.

Assim sendo, o tempo lacunar entre a nomeação do presidente e sua efetiva posse do governo goiano, naquele contexto de recrutamento, implicou, segundo as fontes de seus relatórios, em muitas dificuldades na organização da força expedicionária goiana. Do mesmo modo que coloca a informação do articulista do texto *Paraguay*, na condição de uma fonte imprecisa de informação; pois a ajuda goiana de 3 ou 4 mil soldados, a qual referendava a publicação do *Jornal do Commercio*, naquele 28 de janeiro de 1865, jamais ocorreu, e bem provável que isso nunca teria sido possível, como pensara o autor, imaginando que se fundamentava na realidade cotidiana dos sertões do Brasil.

Luiz Palacin quando escreveu sobre o panorama político de Goiás no Século XIX, fez uma análise sobre o sistema político imperial - ao auspício da estrutura de governo sob o domínio de Dom Pedro II e o Poder Moderador - salientando o quanto este era nefasto para a

¹³ *Correio Paulistano*. Edição 02573. Terça Feira, 20 de dezembro de 1864, segunda coluna, p.02. Disponível em: <
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_02&PagFis=578&Pesq=Guerra%20do%20Paraguay> Acesso em 20 de abril de 2016, às 6h.17min.

boa execução das políticas locais e a defesa de seus interesses imediatos. A esse modelo de organização e governo ele vai denominar de *Oficialismo Político*.

As interferências do governo central na vida política local e a grande força exercida pelos presidentes nos múltiplos assuntos, somadas à ausência da participação de elementos locais na vida política, condicionaram a uma situação de fato, que se denominou ‘oficialismo político’” (PALACIN; MORAES, 2001:p. 72)

Evidentemente que o tempo lacunar que abordamos entre a nomeação do presidente Augusto Ferreira França e a sua posse, isso não tenha significado que a província ficou acéfala, sem o direcionamento administrativo e sem capital político adequado à ordem social. Isso não é fato, justamente, porque entre a saída de um presidente e a chegada de um novo presidente, a cada renovação de gabinete ministerial, era praxe tomar posse da província um político representante local, (sempre designado como vice-presidente) que preencheria esse cargo na ausência ou no momento de espera da chegada do novo administrador provincial. Considerando esse sistema como fato dado, o que encontramos nos documentos que relatam a conjuntura de um momento político da vida administrativa da província de Goiás, como se constata para o ano de 1865, dá uma ideia de que o sistema político administrativo do império (oficialismo político) intensificou bastante as dificuldades da organização do recrutamento de voluntários da pátria em Goiás. Nesse ponto, o redator do artigo *Paraguay*, pode não ter tido o saber necessário para escrever sua expectativa sobre Goiás em base reais e conhecimentos adequados para melhor esclarecer seus leitores sobre a vida, os costumes e a organização demográfica daquela província; entretanto, sua crítica sobre os limites das decisões recentes do governo imperial no plano da política de recrutamento, nesse prisma, o articulista daquela matéria tinha os olhos atinados nas fragilidades das decisões de governo e sobre isso as marchas dos voluntários em direção à Goiás e Mato Grosso vão comprovar seus efeitos. .

Tomemos dois relatos de época, transcritos no *Correio Oficial de Goyaz* e editado na coleção Memórias Goianas: o relatório de passagem de governo do vice-presidente João Bonifácio de Siqueira para o presidente Augusto Ferreira França, com data de 27 de abril de 1865; e a fala que este presidente fez perante os deputados da Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, em 01 de junho de 1865. A partir dessas informações, percebemos a distância entre o que se passava no imaginário do redator do texto *Paraguay* no *Jornal do Commercio* e a realidade de uma província do sertão do Brasil. Agravando ainda mais essa distância, um

sistema político ineficaz no plano da ordem das coisas públicas, pois em vez de aprimorar a rede de poder entre o centro e sua extensão nas localidades provinciais, ao contrário, tornava essa realidade um sistema político lacunar e isso gerava problemas junto às sociedades locais.

O primeiro relato diz:

Tocando a esta província pelo decreto nº. 3.383 de 21 de janeiro do corrente anno dar um corpo de 490 guardas, por acto de 21 de Março último distribui esse número pelas freguesias do sul e expedi as mais terminantes ordens. No estado em que se acha a guarda nacional em quase toda a província há de V. Ex^a encontrar muitas dificuldades para organizar esse corpo. (MEMÓRIAS GOIANAS 1988: p.59)

A referência as dificuldades de organização do recrutamento não se limita a uma decisão de poder, mas de conseguir efetivar esse poder junto as municipalidades. Para isso uma rede de comunicação e rapidez no intercâmbio das decisões entre as instâncias de poder, seria a primeira e mais importante estratégia de ação e mecanismo útil para se atingir os objetivos determinados em lei. Mas essa não era a realidade da província de Goiás, naqueles idos de 1865. Isso muito dificultou, por exemplo, as primeiras obras de recrutamento pelas principais paróquias e municipalidades da província. A historiadora Zildete Martins sobre os atos de governo e a formação de comissões municipais de recrutamento, escreveu:

Para o atendimento dessas exigências, o governo provincial de Goiás iniciou a nomeação de comissões municipais, através do ato de 10 de maio de 1865, encarregando-as de promover o alistamento para os corpos de voluntários, e fazer correr uma subscrição pública destinada a socorrer as famílias indigentes ou menos amparadas, dos guardas nacionais e dos voluntários da pátria. (MARTINS, 1983, p. 58)

Este ato administrativo insere-se entre as primeiras providências que o então presidente Augusto Ferreira França tomou, depois de sua posse em fins de abril. Todavia, apesar do esforço administrativo em Goiás, o processo de recrutamento se mostrava longe de atingir rapidamente a meta imposta pelo governo imperial de 490 combatentes para a primeira expedição. Lemos isso no relato do então vice presidente demissionado João Bonifácio Gomes de Siqueira, em fins de abril de 1865. “Já existem com praça 24 e consta que estão alistado e devem chegar brevemente segundo as ordens expelidas de Bonfim 17, de Catalão, 27, de S. Luzia 30, de Rio Verde 12, e de Jaraguá, 8.” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1988: p. 59)¹⁴. Por limites de espaço,

¹⁴ Segundo tabela publicada em seu estudo, Zildete Martins, no item 2.3, intitulado: “As primeiras Providências: O recrutamento” deixa claro que o cálculo esperado pelo poder provincial seria de um total maior de recrutas, por

reformulamos nossa abordagem para as considerações finais, utilizando as últimas linhas deste artigo para tecer a motivação inicial deste estudo: o exercício historiográfico, nossas vistas sobre as fontes daquele passado e da narrativa construída a posteriori, e, por fim, nossa forma de explicar em narrativa nossa compreensão sobre os dados e relatos inscritos e escritos na História sobre as histórias que marcam o início da participação de Goiás na Guerra do Paraguai.

À guisa de conclusão

Dando sequência narrativa a essa realidade de dificuldade no trato da execução do processo de recrutamento em Goiás, a fala do presidente Augusto Ferreira França perante os deputados goianos, naquele 1º de junho de 1865, coloca o raciocínio do redator do *Jornal do Comércio* num beco sem saída. A narrativa jornalística que se inspirou na província goiana no intuito de atacar as fragilidades administrativas do governo imperial naquele mês de janeiro de 1865, torna-se a fala do desconhecimento pelo distanciamento.

Assumindo a administração, tratei de saber quales os auxílios que tinham sido enviados à província de Matto-Grosso, e fui informado de que, apesar dos mais ardentes desejos da província, e a despeito dos esforços do Exº Sr. Vice-presidente, não se tinha conseguido, até então expedir força alguma auxiliar, havendo sido adiada a marcha do batalhão de caçadores. (MEMÓRIAS GOIANAS, 1988: p.66).

A narrativa dos articulistas do *Jornal do Commercio* sobre o território goiano, representa o desconhecimento que se tinha no século XIX das terras consideradas sertões do país. Isso representava o conjunto mental do corpo intelectual brasileiro herdeira do colonialismo e da formação política do Brasil, desde a escritura de Frei Vicente Salvador no início do século XVII, até a tradição pensante que fez surgir o IHGB (Rio de Janeiro, 1837). A partir dessa tradição litorânea, inseria-se o seu *corpo estranho* (os sertões do país) no conjunto do que se

exemplo: Bomfim teria que enviar 28 recrutas e não 17; Catalão teria que ter enviado 66 recrutas, e não 27; Santa luzia, exceção, teria que enviar 28, mandou 30; Rio Verde, deveria enviar 20, mandou 12 recrutas e Jaraguá 22, só enviou 8”. (MARTINS, 1983, pp. 57-58)

sabia sobre a História do Brasil. Foi, a nosso ver, esse *modus operandi* de pensar que fundamentou a narrativa dos “homens de imprensa”. Os acontecimentos relatados e analisados aqui demonstram a separação evidente, entre o que se pensava (no litoral) e o que realmente se passou de fato na inserção de Goiás no meio da Guerra do Paraguai. Sobre isso foi-se pensado a leitura e a confecção deste artigo.

Referências Bibliográficas

Fontes.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Vento de Agosto no pé do ipê: Escritos do Sertão**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2005. 2005

Correio Paulistano. Edição 02573. São Paulo, 20 de dezembro de 1864. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_02&PagFis=578&Pesq=Guer%20do%20Paraguay> Acesso em 20 de abril de 2016, às 6h.17min.

Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>> Acesso em 18-04-2016, às 06h.13min.

Decreto nº 3.383, 21 de janeiro de 1865. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3383-21-janeiro-1865-554522-publicacaooriginal-73146-pe.html>> Acesso em 04 de Julho de 2016, às 06h05min.

Jornal do Commercio. Edição 00352. Rio de Janeiro, Brasil, 13 de dezembro de 1864. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05> Acesso em 12/07/2016, às 11h.10min.

Jornal do Commercio. Edição 028. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1865. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05> Acesso em 12/07/2016, Acesso em 12/07/2016, às 11h,15min.

Relatório dos governos da Província de Goyaz de 1864-1870. MEMÓRIAS GOIANAS Nº 10. Goiânia: Ed. Da UCG, 1988.

Bibliografia.

APONTE, Renato Javier Ângulo. **El 8 inch shell gun em el ejército paraguaiyo**. In: RODRIGUES, Fernando da Silva; PEDROSA, Fernando Velôso Gomes (Orgs). **Uma**

tragédia americana: Guerra do Paraguai sob novos olhares. 1ª ed.. Curitiba: Editora Prisma, 2015.

GARCIA, Ledonias Franco. **Goyaz: uma província do sertão.** Goiânia: Cânone Editorial/Editora PUC-Goiás, 2010.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MARTINS, Zildete Inácio de Oliveira. **A participação de Goiás na Guerra do Paraguai (1864-1870).** Goiânia: Ed. Universidade Federal de Goiás, 1983.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional.** Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna de. **História de Goiás, 1722-1972.** Goiânia: Ed. UCG, 2001.

PAULA, Edgley Pereira de. **A imprensa vai à Guerra do Paraguai.** In: RODRIGUES, Fernando da Silva; PEDROSA, Fernando Veloso Gomes (Orgs). **Uma tragédia americana: Guerra do Paraguai sob novos olhares.** 1ª ed. Curitiba: Editora Prisma, 2015.